

NOTA DE ABERTURA

Uma palavra é como a nota que procura outras para um acorde perfeito.

Eugénio de Andrade, *Rosto Precário*

Encontrar as palavras justas para abrir um volume de homenagem a Carlos Reis, por ocasião da sua jubilação, após mais de 40 anos de intensa e marcante vida académica, não é tarefa fácil, tantos e tão variados são os seus contributos para os estudos sobre Literatura Portuguesa, em particular, e para os Estudos Literários, em geral. Tentaremos, no entanto, descobrir o “acorde perfeito” de que fala Eugénio de Andrade, não usando as palavras apenas para enumerar os artigos e livros publicados ou os encontros científicos em que Carlos Reis participou ou organizou. Também não nos serviremos delas para, simplesmente, inventariar as disciplinas que lecionou, os cargos que ocupou ou as distinções que recebeu. Se, como reconhece José Saramago em *Manual de Pintura e Caligrafia*, quem escreve também a si se escreverá, as palavras servir-nos-ão, em primeira instância, para, partindo da obra produzida, falar de um intelectual de exceção, exigente e íntegro, responsável por estudos de mérito reconhecido tanto a nível nacional quanto internacional; um intelectual responsável pela formação de várias gerações de académicos e de professores portugueses e estrangeiros que fazem da Universidade de Coimbra a sua *alma mater*.

A Carlos Reis devemos, como a poucos, a divulgação da Literatura, da Cultura e da Língua Portuguesa pelo mundo: as

Universidades de Salamanca, Santiago de Compostela, Hamburgo, Porto Alegre, Massachusetts-Dartmouth, Wisconsin-Madison, ou Califórnia Berkeley são algumas das muitas instituições de ensino onde foi professor convidado e onde deixou marca indelével. Um professor que, ao contrário de algumas mentalidades conservadoras, sempre conduziu os seus alunos (e, de igual modo, muitas vezes, os escritores que estuda) pelos caminhos das especulações originais do constantemente renovado espírito moderno, e também pós-moderno. Não se estranha, por conseguinte, que, em *Conta Corrente 4*, Vergílio Ferreira tenha registado uma das grandes obras de referência da autoria de Carlos Reis:

Trouxe de Lisboa *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, que é a tese do doutoramento de Carlos Reis. Não li ainda senão uma pequena parte, além do que li em folhear prévio. É um calhamaço. E pelo que li, deve ser todo ele um atestado, em setecentas páginas, de mau comportamento literário. E a propósito: com certa surpresa minha, também lá apareço na parada dos teorizadores. Má figura. Mas a certa altura Carlos Reis refere-se a um Ferreira Dinis que discreta sobre «estilo» e não diz muita asneira. Carlos Reis dá-lhe mesmo de vez em quando a aprovação. Curiosamente este Ferreira Dinis não aparece nunca mais nem na *Vértice* nem em qualquer outro jornal ou revista. Estranha coisa, não é? É que este cavalheiro sou eu, que não me lembro já porque é que me meti na casca de um pseudónimo.

A tese de doutoramento em causa não é, de facto, “um atestado, em setecentas páginas, de mau comportamento literário”, nem do seu autor, nem dos escritores cuja obra rigorosamente comenta. Pelo contrário, o que a sua leitura deixa claro, em primeiro lugar, é a absoluta consciência de que, como lemos em *As Intermittências da Morte* de José Saramago, “As palavras também têm a sua hierarquia,

o seu protocolo, os seus títulos de nobreza, os seus estigmas de plebeu”. Se preferirmos recorrer ao narrador de *A Caverna*, o que a obra em causa evidencia é a aptidão para fugir às “frases de efeito, também jocosamente denominadas pedacinhos de ouro (...), praga maligna, das piores que têm assolado o mundo”. Em segundo lugar, por consequência, o que n’*O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português* se destaca é a capacidade para escrever de forma escurrita, elegante e desassombrada de constrangimentos literários, ou outros, sobre as diversas posições de eminentes teorizadores neorrealistas.

A sedução pelo estudo de textos respeitantes a uma linha de intervenção cívica e social, que percorre boa parte da produção literária do século XX, traduz-se nos muitos estudos que Carlos Reis dedicou, entre outros escritores, a Miguel Torga, Augusto Abelaira, José Saramago ou António Lobo Antunes. A esta alia-se (sobrepõe-se) a reconhecida admiração por um dos nossos maiores escritores do século XIX: Eça de Queirós. Uma admiração ilustrada não só pelos vários ensaios sobre o autor, mas também pelas diversas ocasiões em que recorre a visões do mundo queirosianas para ilustrar posicionamentos pessoais, nunca desligados de uma perspetiva académica, como sucedeu, por exemplo, com a defesa do Acordo Ortográfico de 1990.

Entre outras intervenções que dele fazem um “Homem dum só parecer (...), D’antes quebrar que torcer”, para lembrarmos as palavras de Sá de Miranda na “Carta a El-Rei D. João III”, convocamos a comunicação apresentada no Congresso Nacional de Segurança e Defesa, realizado em Lisboa em junho de 2010. No tom incisivo e arrojado que sempre o caracterizou nos debates sobre esta questão, ou, para o efeito, nos debates sobre outros assuntos, Carlos Reis não defendeu apenas o imperativo da alteração ortográfica. Nas considerações “quase preambulares” que tece neste texto, as palavras de Eça de Queirós sobre o domínio específico da receção do

Naturalismo em Portugal, que hoje podemos ler em *Cartas Públicas*, servem-lhe para proceder à ilustração de um determinado modo de ser português e, em particular, para discorrer sobre a forma como têm circulado entre nós as “ideias feitas acerca da língua portuguesa e da sua condição de idioma”; ou, em bom rigor, servem-lhe para criticar um certo conservadorismo linguístico, também passível de ser lido nas seguintes palavras do autor de Oitocentos:

Desde que nós, portugueses, laboriosamente conseguimos arranjar uma ideia dentro do crânio – a nossa preguiça intelectual, o nosso desleixo, este fundo de desdenhosa indiferença que todos os meridionais têm pelas ideias e pelas mulheres, impede-nos de lhe mexer, de a tirar do seu canto, onde ela fica ganhando bolor em tranquilidade e para sempre. Em Literatura, em Costumes, em Política e no Fabrico do chinelo de ourolo, nós estamos vivendo e estamos morrendo deste obtuso, viscoso aferro ao vago das primeiras impressões.

Ao grande escritor tem Carlos Reis dedicado muito do seu tempo e, atrevemo-nos a dizer, muitos dos seus afetos, traduzidos na paixão com que coordena a edição crítica das suas obras ou na frequência com que, desde a publicação de *Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós* (1975), revisita a obra queirosiana, ficcional e não ficcional.

Inicialmente concebido e escrito como tese de licenciatura, este é o primeiro de muitos livros em que Carlos Reis dá a conhecer o texto e o contexto queirosianos. Acrescem, entre outros, *Introdução à leitura d’ Os Maias* (1978), *A construção da narrativa queirosiana. O espólio de Eça de Queirós* (1989, em colaboração com Maria do Rosário Milheiro), *Eça de Queirós cônsul de Portugal à Paris (1888-1900)* (1997), *Estudos Queirosianos. Ensaio sobre Eça de Queirós e a sua Obra* (1999), *O Essencial sobre Eça de Queirós* (2000), ou o volume

Eça de Queirós (2009), da coleção *Cânone*, que dirigiu e coordenou (2008-2012).

Escrever sobre Eça de Queirós, ou escrever, simplesmente, parece ser, para Carlos Reis, como o foi, num outro domínio, para José Saramago em *Manual de Pintura e Caligrafia*, “a tentativa de reconstruir tudo pelo lado de dentro, medindo e pesando todas as engrenagens, as rodas dentadas, aferindo os eixos milimetricamente, examinando o oscilar silencioso das molas e a vibração rítmica das moléculas no interior dos aços”. Assim, dissecando e explicando as ideias estéticas do autor de Oitocentos e privilegiando as relações Literatura-Mundo, o que as obras mencionadas também representam é essa constante preocupação “em medir e pesar todas as engrenagens”, em articular o mundo da investigação científica com a realidade da docência. Um cuidado também patente, entre tantas publicações, nas recentes *Leituras Orientadas*, coleção sobre as obras de leitura obrigatória do nosso ensino secundário (2015-2019), ou, mais remotamente, em *Introdução à leitura de Os Maias* (1978), *Construção da leitura. Ensaios de metodologia e crítica literária* (1982), *Dicionário de Narratologia* (em colaboração com Ana Cristina M. Lopes, 1987), *Introdução à leitura das Viagens na minha terra* (1987), *O Conhecimento da Literatura* (1995), ou *Didática do Português* (em colaboração com José Vítor Adragão, 1990), em edição preparada para a Universidade Aberta.

Nesta instituição de ensino, em cuja fundação já colaborara, exerceu o cargo de Pró-Reitor para a Difusão e Promoção da Língua e Cultura Portuguesas, até 1998, e o de Reitor, entre 2006 e 2011. Antes, porém, de maio de 1998 a outubro de 2002, assumiu a Direção da Biblioteca Nacional, onde reforçou a consciência da importância dos acervos em estreita conexão com a abertura às materialidades digitais.

Entre tantos textos de intervenção académica e cívica que, nesses períodos, publica na imprensa, destacamos, pela sua pertinente atualidade, “A crise das Humanidades”, de 2005, e “Perguntas

indiscretas”, de 2007. No primeiro, no tom veemente, franco e sempre desassombrado que já lhe reconhecemos, e, atrevemo-nos a dizer, em clave estilística de recorte queirosiano, Carlos Reis lança farpas aos governos, às instituições de ensino e, inevitavelmente, ao tal determinado modo de ser português, descrevendo um cenário sombrio que, então como agora, “só pode espantar quem (...) se recusou a cuidar do futuro”. No segundo artigo, reflete sobre as reconhecidas potencialidades “dos chamados recursos educativos abertos”. Sem meias palavras que, para alguns, como escreveu José Saramago em *Ensaio sobre a Lucidez*, parecem existir “para dizer o que as inteiras não podem”, ou não devem, Carlos Reis defende a cultura digital e as suas potencialidades para a partilha e disseminação do saber.

É justamente o que se cumpre nos seus espaços educativos: a partilha e a troca de ideias. Nunca fazendo cedências integrais no que entende serem as matérias e os autores nucleares, o que os programas das várias disciplinas que leciona evidenciam é, portanto, uma lúcida consciência em adequar ensino e investigação. Além disso, a pesquisa e as publicações científicas de Carlos Reis desdobram-se por uma multiplicidade de autores, por diversos tempos e sensibilidades literárias de variadas áreas – da Introdução aos Estudos Literários à Teoria da Literatura, da Literatura Portuguesa (moderna e contemporânea) à Literatura Espanhola, à Literatura Comparada ou aos Estudos Narrativos Mediáticos. Assim se provam dois outros pontos de fundamental importância: a não cristalização da pesquisa num único domínio de estudos, como por vezes acontece na Academia, e, como consequência, um persistente desejo de atualização, de acordo com os novos paradigmas científicos, epistemológicos e metodológicos.

Em nota que também convoca as características da sua escrita, não podemos deixar de sublinhar as competências comunicativas, a fluidez, a clareza e a sensibilidade com que comenta e analisa textos, ideias e teorias, ou, como diria Bernardo Soares, o gosto pelo “dizer”,

o gosto pelo “palavrar”. Para Soares, como para Carlos Reis, “As palavras são [...] corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas”.

Numa linha afim, cumpre fazer referência à sua generosidade intelectual, traduzida na frequência com que chama os colegas a participar em muitos dos projetos científicos e de investigação do Centro de Literatura Portuguesa, de que é coordenador. São disso exemplo algumas das publicações que já referimos, o *Dicionário de Narratologia* (1987), a edição crítica das obras de Eça de Queirós (desde 1992), os vários volumes da *História Crítica da Literatura Portuguesa*, que coordenou (1993-2015) ou, ainda, a coleção *Cânone* (2008-2012) e o *Dicionário de Estudos Narrativos* (2018).

Na impossibilidade de falarmos de todas, por tantas serem, destacamos as duas mais recentes. Composta por monografias dedicadas a um ponderado conjunto de importantes escritores portugueses, como José Saramago, Gil Vicente, Eça de Queirós, António Lobo Antunes, Fernando Pessoa ou Padre António Vieira, a coleção *Cânone* foi pensada numa estreita e indissociável articulação entre “o processo de constituição e de ratificação do cânone” e “uma utilização institucional da literatura, no quadro do sistema de ensino, embora, evidentemente, não se reduza a essa utilização”, como escreve em Nota Prévia. Já o *Dicionário de Estudos Narrativos* é bem esclarecedor quanto à vitalidade e abrangência do trabalho académico de Carlos Reis. Numa notável sistematização, o que esta obra nos oferece é um estado da arte rigoroso e circunstanciado de um conjunto de teorias, categorias e conceitos relativos ao estudo da narrativa, que permite ao leitor compreender as derivas da área e as injunções disciplinares que ela hoje convoca. Refira-se também que este dicionário muito deve a dois projetos a que o seu autor se tem dedicado nos últimos anos: o projeto de investigação *Figuras da Ficção*, que coordena no CLP (Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade

de Letras da Universidade de Coimbra); e o projeto de construção e leção do seminário Estudos Narrativos Mediáticos no terceiro ciclo de Ciências da Comunicação da Universidade de Coimbra.

Porque, de facto, a investigação não pode nem deve encerrar-se no espaço da comunidade académica, Carlos Reis colabora regularmente no *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e, desde 2012, mantém um blogue sobre Figuras da Ficção, extensão digital do Projeto que coordena. Congregando docentes e discentes de várias universidades, a linha de investigação, que tem como “propósito central o estudo da personagem ficcional como categoria fundamental dos textos narrativos ficcionais”, resultou na elaboração do *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*, obra acessível *online* e cuja direção assegura.

Quem sabe se não teremos de transformar o próprio Carlos Reis em objeto de estudo: lembramos que são já três os romances que, de modo mais ou menos alargado, ou mais ou menos direto, o transformam em personagem, ou em quase personagem, numa estratégia que o próprio designa, em vários ensaios, por “*figuração ficcional*”. Referimo-nos a *Os Esquemas de Fradique*, publicado por Fernando Venâncio em 1999, um ano antes das comemorações do centenário da morte de Eça de Queirós, a cujas Comissões Nacional e Executiva Carlos Reis presidiu (2000-2001); *A Visão de Tândalo por Eça de Queirós*, de Miguel Real, de 2000; e *A Maldição do Louva-a-Deus*, de Miguel Miranda de 2001.

Serão estas distinções diversas de outras reais, verdadeiras, concedidas a Carlos Reis: os recentes Prémio Eduardo Lourenço e Vergílio Ferreira; o Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Internacional de Críticos Literários; o Prémio *PC Guia* para o Melhor Software Educativo, concedido ao CD ROM *Vida e Obra de Eça de Queirós*; os títulos de Comendador da Ordem de Isabel la Católica e de Comendador da Ordem de Sant’Iago da Espada; ou os títulos de Académico Correspondente da Real Academia Española e de

Académico Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; o galardão de Benfeitor e Sócio Grande Benemérito do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e de Sócio Correspondente da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes de São Paulo; ou o grau de Doutor *honoris causa* pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Serão diversas, de facto, mas, como escreveu Almeida Garrett na “Memória ao Conservatório Real”, reconhecendo, em *Frei Luís de Sousa*, o sacrifício “às musas de Homero, não às de Heródoto”, “quem sabe, por fim, em qual dos dois altares arde o fogo da melhor verdade”.

Como discípulas reconhecidas, como colegas gratas e como amigas, entendemos que a melhor forma de assinalar o Jubileu do Doutor Carlos Reis, fazendo justiça a um percurso tão rico, tão vasto, tão rigoroso, seria dedicar-lhe um número da *Revista de Estudos Literários*, que fundou e tem dirigido. Um número especial, organizado em cinco partes – Literatura Portuguesa, Literatura Comparada, Estudos Queirosianos, Estudos de Personagem e Epistemologias –, que reúne textos de colegas e amigos, de diferentes geografias, gerações e filiações institucionais. Um número que inclui, necessariamente, uma *Tabula Gratulatoria*, não por acaso, simbolicamente, com 70 nomes. Um número, câmara de eco de muitas vozes, que diz bem da marca que o Mestre deixa em cada um, em cada instituição por onde passa, em cada projeto que coordena.

Afinal, como escreveu, “Não é mestre quem quer, nem é discípulo quem se limita a ouvir com baça passividade. Mestre é aquele que os discípulos escolhem e distinguem, como modelo de inegociável seriedade intelectual”.

Ana Paula Arnaut
Ana Teresa Peixinho

Coimbra, 2020

